

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2014, realizada às dezenove horas do dia quinze, na Câmara Municipal, Avenida Pedro de Souza Freire, cento e sete, centro, Fortaleza de Minas. Feita a chamada estavam presentes todos os vereadores. Após verificação, a ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi instalado o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: **Leitura dos seguintes Projetos de lei: Nº 13/14** que “Dispõe sobre a alteração do Plano Plurianual de Ações para o quadriênio 2014/2017 e dá outras providências”; **Nº 14/14** que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Fortaleza de Minas para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”; **Nº 15/14** que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao BNDES, através da Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária, a oferecer garantias e dá outras providências”. O Presidente informa que estão sobre as mesas cópias de respostas de ofícios e requerimentos, e de convite para reunião do grupo de construção conjunta de Fortaleza de Minas em 18/09 às 18:00 horas na Câmara Municipal. Questionou ainda se o projeto do SAMU estaria liberado para votação. Instalado o **GRANDE EXPEDIENTE** o vereador Márcio comentou que neste projeto consta que deve ser efetuado pagamento retroativo a 02/01/14, mas, discutiram possibilidade de colocar emenda para não fazer este pagamento, e sim começar a pagar a partir do momento que o serviço for prestado. Que se for analisar o prazo do ofício do CISSUL, os vereadores já estão atrasados, então, ao invés da emenda, sugere realização de audiência pública para que dividam esta responsabilidade com a população, pois, em determinado momento todas as cidades terão que aderir, porém, existe a dificuldade de que será apenas uma ambulância para atender seis municípios e também quando o cidadão ligar no 192 querendo atendimento rápido e não for possível. Que a audiência deve ser feita o mais rápido possível para que escutem a opinião do povo, o qual se entender que o SAMU for o ideal, os vereadores aprovam o projeto e se não entenderem ser esta a melhor opção, os vereadores irão rever os pensamentos. Quanto ao projeto das diárias, disse que ficou acertado de falar com a prefeita para que a advogada da prefeitura se reúna com o assessor jurídico e os vereadores para estudarem juntos o projeto, visto haver divergências, pois, um artigo contradiz o outro. Em seguida falou sobre a ampliação do cemitério, que é um problema de muito tempo e que em resposta de requerimento, o executivo não deixou claro se será feita ou não, pois, há resistência das próprias pessoas que venderam o terreno para a ampliação, mas, o que vale é o bem comum da população e isso deve ser analisado. **Reiterou requerimento que requer informações referentes a expansão, questionando se será adquirida outra área para tal.** Após o vereador Jurubel Reis disse não concordar com o pagamento retroativo, mesmo porque a lei é clara quando diz que a mesma entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02/01/14, ou seja, serão pagos dez meses por serviço não prestado. Questionou como a prefeitura irá fazer juridicamente para justificar o pagamento de algo que não recebeu, e ainda qual a forma de negociação feita entre a

prefeitura e o SAMU para este pagamento. Quanto aos quatro traumas principais em que o SAMU presta serviço, disse não acreditar que um cidadão chegue com qualquer um dos traumas e a santa casa não o atenda, visto serem problemas graves. Que os vereadores não são contra o projeto, que embora exista dificuldade no comparecimento do povo em audiência pública, a realização da mesma é importante para dar ciência às pessoas da cidade, zona rural e SINDISFOR do que está acontecendo e o que vai acontecer com a saúde do município caso o projeto seja aprovado. Comentou que no ofício do CISSUL enviado à Câmara, fala-se da importância, mas salientam que a data prevista para início da prestação de serviço da rede de urgência e emergência e do SAMU, é 01/10/14 e isso é uma previsão, não há nada consolidado que diz que a partir desta data já estará funcionando, e é óbvio que estão cobrando porque vão ganhar em cima disso. Falou que a questão do cemitério deve ser analisada, em especial a reforma do velório, pois, para a chegada de idoso é complicado e praticamente impossível para cadeirantes, por isso o município precisa investir no local, não com valor muito alto, mas, o local necessita de investimentos. **Após foi feito ofício do Plenário à Sra. Taiana Horta parabenizando - a pela aprovação em concurso para juíza do Estado de São Paulo, parabenizando também sua família pelo apoio para que a cidadã conquistasse o cargo.** O vereador Jurubel informou que a cidadã é a primeira juíza de direito do município de Fortaleza, que o esforço foi válido, e que a cidadã estudou muito. Após disse ter recebido reclamações de que das luzes das salas de aula do Centro Educacional, apenas uma ou duas estão funcionando, mas nem sempre funcionam, que nenhuma tomada está funcionando, tendo a professora que usar extensão para conseguir dar aula. Que no período chuvoso, quando o sol fica entre nuvens, a sala fica escura, escurecendo o quadro e os alunos não conseguem enxergar. Relatou que nesta data uma das lâmpadas do corredor da escola estourou e por sorte não era hora de intervalo. Que toda fiação cheira queimado e que o encarregado da prefeitura já esteve no local e informou que funcionários existem, mas não possuem o material para a manutenção. Ao final disse que o município deve dar solução ao problema em caráter de urgência, pois, é inadmissível que crianças que estudam no local e tem entre três e cinco anos de idade corram riscos elétricos dentro de uma escola municipal. Tendo sido feito requerimento dos vereadores Jurubel e Wilson **em regime de urgência ao executivo para que seja feita a manutenção.** **Após o vereador Fernando Pereira** cumprimentou os presentes, agradeceu a Deus por esta reunião e comentou que se preocupa com a situação do SAMU, pois, existe prazo para a aprovação do projeto. Disse não concordar com o pagamento retroativo, devido à dificuldade financeira do município, pois, estarão pagando por algo que o município não usou. Que existe preocupação de aprovar o projeto com emenda e talvez não conseguirem conveniar, pois, para elaboração do projeto foi usada minuta que foi enviada como modelo para outros municípios. Porém, há preocupação de não aprovar o projeto e com isso o município ficar fora dos atendimentos e futuramente precisar e talvez não consigam em tempo

hábil na santa casa, pois, o município não terá direito na vaga zero. Que concorda em dividir a responsabilidade com a população, pois, caso dê errado, tentarão responsabilizar os vereadores de uma forma ou de outra, e se fizer audiência que seja bem divulgada visando passar à população a obrigatoriedade de estarem presentes, pois, o projeto é para a mesma, e pode acarretar sérios problemas se não ajudarem os vereadores e, que não quer ser responsabilizado por um projeto que já poderia estar aprovado. Em seguida relatou que esteve no hospital e recebeu cobranças com relação a iluminação do local, que apesar de saber que a manutenção é obrigação ser feita, solicitou a mesma à secretaria de saúde, tendo observado que está sendo feita. Disse que na verdade quando pede, é para a população e que gostaria de continuar sendo cobrado porque está aqui para representar cada cidadão do município. Tendo sido feito **ofício à secretaria de saúde agradecendo por atender a solicitação**. Em seguida o vereador Evair disse que a audiência pública é excelente, que o povo tem que participar, mas, tem experiência da pequena quantidade de participantes, por isso a realização de audiência agora é inadequada, que talvez sejam poucas pessoas que decidam por toda a cidade, pois, a questão do SAMU vai além da decisão do povo neste momento, porque se perguntarem às pessoas se querem a continuação do atendimento da ambulância do município, ou o atendimento da ambulância do SAMU, com certeza irão responder que querem a continuidade como é hoje. Informou que foi falado pelo procurador que esta minuta vem para o município, e se sofrer qualquer alteração, irá voltar e depois podem até aderir, mas a princípio o município ficará sem atendimento, com isso a linha 192 não irá funcionar, e posteriormente encontrarão dificuldades nas internações urgentes na santa casa. Relatou não ser de acordo em pagar o retroativo, pois, não se trabalhou, mas o pagamento é obrigatoriedade do município, pois, a direção do SAMU relata que tiveram despesas. Que jamais conseguirão derrubar esta questão, e muito menos serão atendidos pelo SAMU caso não aprove o projeto, tendo sugerido ao final que o mesmo fosse colocado em votação. Após disse que em seu entendimento o Regimento Interno dá amplos poderes ao Presidente para representar a Câmara junto aos órgãos públicos, em especial no Ministério Público. Que quando o Presidente representa a Câmara, está representando os vereadores, e que gostaria que quando o Presidente estiver representando a Câmara e for apresentar processo ou recurso no Ministério Público, ou qualquer outra repartição, que os vereadores sejam comunicados visando saber que tipo de ação será apresentada, pois, eles têm o direito de saber do que se trata estas representações. Tendo sido feito **requerimento ao Presidente da Câmara requerendo cópias dos processos que estão em andamento junto ao Ministério Público**. O vereador Fernando questionou a fala do colega Evair, informado pelo Presidente que o processo se refere ao repasse enviado à Câmara sem nenhuma comunicação, que o valor estipulado em orçamento é de setenta e dois mil e foi pago sessenta e seis mil reais, que foi feito contato com a prefeitura respondido que iriam continuar repassando valor menor, por isso, entrou com

representação no Ministério Público, pois, o valor restante é devolvido ao executivo, como em 2013 com devolução de duzentos e quarenta e cinco mil reais, e pelo fato da Câmara fazer a devolução não achou justo que a prefeitura repassasse valor inferior, e ainda pelo fato de que se Câmara tivesse algum compromisso, estaria sendo prejudicada. O vereador Fernando questionou ao assessor jurídico se cada vereador tem o direito de solicitar que na representação não seja citado seu nome, quando na mesma constar que seja a Câmara que esteja entrando com ação. Respondido que quando se trata de assunto relacionado aos vereadores, o Presidente deve pedir permissão para cada um, mas, neste caso, a questão é administrativa e compete exclusivamente ao Presidente, pois, nesta Casa o mesmo representa a instituição e não os vereadores, principalmente se tratando de orçamento visto que a Câmara tem despesas, e para diminuir qualquer tipo de repasse deveria ter sido feita alteração da lei orçamentária, através de projeto de lei, desta forma estaria cumprindo as leis da Constituição Federal. O vereador Fernando disse que é direito e a Câmara precisa deste repasse, mas, a partir do momento que a receita do município diminui, deve haver percentual de diminuição deste repasse. Que a Mesa deveria ter sido comunicada da representação apresentada ao Ministério Público, pois, poderiam se reunir com o executivo e tentar resolver, e não haveria necessidade de representação, respondido pelo assessor que todos os ofícios referentes ao assunto enviados ao executivo, e suas respostas foram distribuídas aos vereadores. Que este entendimento é correto, mas, para isso existem procedimentos, que quando são questões administrativas, o Presidente se faz representar porque ele também responde ao TCE, e que para estes esclarecimentos, foram feitas pesquisas em vários Tribunais de Contas. Concluindo o vereador Evair disse que concorda com o entendimento do assessor jurídico e não pode questionar, mas, acha que todo assunto desta Casa seja administrativo ou qualquer outro, deveria ser passado em Plenário e discutido, porque nove vereadores pensam melhor que um ou dois, e que seu questionamento não era direcionado a este assunto, mas em todos os sentidos. Em seguida disse que na noite do dia 10/09 havia duas viaturas estacionadas na porta da Câmara e vários outros carros, de imediato pensou que fosse ocorrência, mas, foi informado que se tratava de reunião do grupo dos alcoólicos anônimos, disse ser interessante, que o espaço existe para ser usado pelo povo, mas, reitera pedido para que os vereadores sejam comunicados para em caso de questionamento, possam informar à população o que está acontecendo, pois, no Regimento Interno diz que para qualquer ato estranho às reuniões da Câmara, o Plenário tem que deliberar. Respondido pelo Presidente que foi um pedido do sargento Ronaldo, através de ofício, solicitando o espaço para apresentação do grupo garotos pela paz, e que nenhum vereador foi convidado. Após o vereador Gabriel disse concordar com a audiência pública e a votação do projeto, que os vereadores não deixarão de votar porque estão na Câmara para acertar as coisas do município da melhor maneira possível, e que não concorda com o pagamento retroativo apesar de entender que para montar o

projeto teve custos. Parabenizou a Sra. Taiana pela aprovação em concurso, pois, para o município é uma honra. Foi discutido o prazo citado no ofício e data de realização da audiência e reunião extraordinária, tendo o vereador Márcio dito que o prazo irá postergar, mas, entende que a responsabilidade deve ser dividida com a população, porque depois os vereadores serão cobrados, e após realizar a audiência se o povo não tiver comparecido, não poderão cobrar. Lembrado pelo Presidente foi agendada reunião de comissão para discussão e a mesma não aconteceu. O vereador Jurubel solicitou fossem convidados o Sr. Geovane do SAMU, a secretária de saúde, a prefeita e todos os envolvidos na área da saúde. Após o vereador Aparecido Amaral justificou ausência na reunião das comissões, informou ser contra apenas ao pagamento retroativo, e disse ter entendido que a própria ambulância do município poderá fazer o transporte, desde que o SAMU seja comunicado. Explicado pelo vereador Márcio que a ligação será feita para o 192, o SAMU vai atender, avaliar, verificar a localização de sua ambulância, e se a mesma não estiver próximo, irá solicitar o transporte com veículo do município, e isso leva tempo, e o complicado é que o povo sempre quer atendimento na hora. O vereador Wilson Pereira comentou que quando se trata de saúde, e que o cidadão procura o hospital, quer ser atendido o mais rápido possível, e não saberão onde estará a ambulância, e mesmo que estiver em Passos, ela não conseguirá chegar a Fortaleza em menos de vinte e cinco minutos, e se o caso for grave, e houver pessoas que possam fazer este transporte no próprio carro, ou na ambulância do hospital, isso não acontecerá e terão que esperar a ambulância do SAMU, por isso, a ideia de fazer audiência pública e dividir a responsabilidade com o povo, pois, se acontecer caso desta natureza a população estará consciente do que foi votado. Sugeriu fosse montada comissão para visitarem município onde exista o SAMU visando ter ideia de quais são as vantagens e desvantagens. Falou que todos têm experiências de que por menor que sejam os problemas enfrentados na saúde, são os vereadores, prefeitura e hospital que sofrem as consequências. O vereador Jurubel comentou que se a comissão da saúde for visitar algum município, poderá ir com os mesmos. O vereador Wilson comentou que sugeriu a ida de comissão, mas, que entende que isso deve ser um esforço de todos os vereadores, visando solução. Após o Presidente solicitou fosse feito contato em cidades vizinhas onde o SAMU esteja em funcionamento, visando agendamento de visita nos dias 16 e 17/09, solicitou ainda fosse feito contato com a prefeita e a secretária de saúde para que participassem da visita ou enviassem representantes. Quanto a realização da audiência pública, os vereadores Márcio, Jurubel, Fernando, Gabriel, Wilson e Ernane disseram ser favoráveis. O vereador Evair disse ser favorável as visitas nas cidades vizinhas, mas é contra esta audiência, porque as pessoas que virão não podem decidir por quatro mil pessoas, pois, este é um momento delicado, e de qualquer jeito terão reclamações. Questionou ao assessor jurídico se existe prazo estipulado para realização da audiência, respondido que necessitam de prazo para comunicação à população. O vereador Amaral disse não ser

de acordo com a audiência e solicitou ao Presidente que o veículo da Câmara pudesse buscá-lo em sua residência visto problemas com seu veículo, respondido que sim. O vereador Fernando questionou que se com as visitas a situação se resolver, a audiência pública pode ser desmarcada, respondido que sim. Em seguida o vereador Ernane Dias disse que a audiência pública é um meio de chamar o povo para ajudar a resolver um problema grave, e se não comparecerem, pelo menos terão justificativa no futuro. Lembrou sobre pedido de solução para trecho atrás do Estádio Tio Veio, disse que resolveu um problema, mas, causaram vários, pois, foram colocados dois montes de terra no local que acabou virando rampa, por isso conversou com a prefeita e a terra será retirada, pois, a poeira aumentou e que na medida do possível até resolver a situação o local será agitado. **Tendo sido feito ofício do vereador Ernane ao executivo agradecendo pela tomada de atitude.** Dito pelo vereador Fernando que a água está escassa no município, que cada caminhão de água que jogar no local, poderá fazer falta no futuro e que as vezes é mais fácil tolerar a poeira e ter água para ser consumida, pois, a água do rio está tão pouca que tem gado atravessando o mesmo e indo parar no parque de exposições conforme questionamento em reunião anterior. O vereador Márcio disse que a solução para o trecho perto do campo seria a construção de muro e a colocação de placas de sinalização, pois, se está trazendo transtorno e tem que resolver. Sugeriu ao colega Ernane fossem conversar com o engenheiro e a prefeita, que levassem desenho confeccionado para exporem ideia visando rapidez na solução do caso. Tendo a proposta sido aceita. Em seguida o vereador Fernando questionou ao Presidente se há resposta de requerimento sobre pagamento de diárias, pois, é muito importante. O assessor jurídico informou que na Câmara são feitos adiantamentos de viagens quando necessário, e disse que a lei de diárias pode ser criada apenas quando da criação da lei de vencimentos dos vereadores, então, para a atual gestão não é mais permitida. Após o Presidente comentou ter recebido reclamação que no hospital não há remédio para tirar a dor e nenhum outro tipo de remédio. **Fez requerimento à secretaria de saúde para informações da veracidade destes comentários, e como está a situação.** Não havendo mais inscritos no grande expediente passou-se a **ORDEM DO DIA:** Votação dos requerimentos apresentados. O vereador Márcio Andrade retirou requerimento que reitera pedido de informações da expansão do cemitério, visto ir falar com a prefeita sobre o assunto junto do colega Ernane. Os demais requerimentos foram aprovados por unanimidade. Após o Presidente convoca para a primeira reunião ordinária de outubro, que após acordo será realizada no dia oito às 19:00 horas, em virtude das eleições/2014. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião, e para constar foi lavrada a presente ata que depois de verificada e aprovada será assinada pelos vereadores presentes.